

4
ED

MANUAL DE DIREITO

Mônica
Queiroz **CIVIL**

VOLUME ÚNICO 2019

Lei de Introdução
Parte Geral
Direito das Obrigações
Teoria Geral dos Contratos
Contratos em espécie
Responsabilidade Civil
Direito das Coisas
Direito de Família
Direito das Sucessões

Atualizado com:

- Lei nº 13.715/18 – Lei que amplia as hipóteses de perda do poder familiar
- Lei nº 13.777/18 – Lei sobre o regime jurídico da multipropriedade
- Lei nº 13.786/18 – Lei que disciplina a extinção contratual em incorporação imobiliária

E mais:

- Enunciados do CJF até a VIII Jornada de Direito Civil
- Jurisprudência atualizada dos Tribunais Superiores

MANUAL DE DIREITO CIVIL

MANUAL DE DIREITO

*Mônica
Queiroz* **CIVIL**

**VOLUME
ÚNICO 2019**

4° Edição



Copyright © 2016, D'Plácido Editora.
Copyright © 2016, Mônica Queiroz.

Editor Chefe
Plácido Arraes

Produtor Editorial
Tales Leon de Marco

Capa, projeto gráfico
Letícia Robini
(Imagem via Freepik.com)

Diagramação
Bárbara Rodrigues da Silva

Editora D'Plácido
Av. Brasil, 1843, Savassi
Belo Horizonte – MG
Tel.: 31 3261 2801
CEP 30140-007



WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Todos os direitos reservados.
Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida,
por quaisquer meios, sem a autorização prévia
do Grupo D'Plácido.

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

QUEIROZ, Mônica.

Direito Civil -- 4ed. - Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2019.

Bibliografia.

ISBN: 978-85-60519-62-0

1. Direito. 2. Direito Civil. I. Título. II. Manual

CDU343

CDD341.5

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



“Es que te has convertido en parte de mi alma...”

Ulisses e Pedro – Todos os dias eles me dão tantas razões para fazer tantas coisas, quando, na verdade, apenas uma delas é suficiente para justificar tudo isso: o infinito amor que trago por eles.

Aos meus Pais – Incansáveis na busca de me fazer feliz.

NOTA DA AUTORA

Um livro, principalmente da área jurídica, nunca se mostra pronto e acabado. Bem como o ser humano que o redigiu, o livro passa por alterações, novas impressões, novas abordagens que, em certa medida, resultam em novas conclusões.

Este é o livro que aqui se apresenta, em sua 4ª Edição. Nascido da reunião de notas, estudos, debates e elucubrações promovidos em sala de aula, esta Autora sempre se fiou da possibilidade de transmitir determinado assunto com objetividade sem, contudo, prescindir do conteúdo e profundidade necessários para a compreensão do tema.

As lições de Direito Civil aqui abordadas – sem a pretensão de esgotar qualquer assunto – buscam alcançar desde o aluno que dá os primeiros passos na graduação até aquele que pretende enfrentar os mais rigorosos certames públicos. Para tanto, o livro está atualizado com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e com os enunciados do Conselho da Justiça Federal aprovados até a VIII Jornada de Direito Civil, além das novas leis publicadas e oportunas ao estudo de parte do conteúdo aqui trabalhado. Os estudos, como o leitor poderá constatar, são sempre orientados sob a ótica do Direito Civil Contemporâneo, de modo que, neste trabalho, a Constituição Federal de 1988 promove a devida filtragem aos diversos assuntos civilísticos aqui abordados.

Na esperança de que este livro possa ser útil ao leitor e sempre agradecida pela confiança depositada, aqui despeço-me com as palavras do mestre Chico Xavier: “Conservar a certeza do que ensina, mas estudar sempre, a fim de ouvir com equilíbrio, ver com segurança, analisar com proveito e servir mais.”

Belo Horizonte, verão de 2019.

Mônica Queiroz

Doutora e Mestre em Direito Privado pela Pontifícia Universidade
Católica de Minas Gerais (PUC-MG).

Professora em cursos de graduação e pós-graduação em Direito.

Professora em cursos preparatórios para concursos públicos
e Exames da OAB.

SUMÁRIO

NOTA DA AUTORA	7
----------------------	---

INTRODUÇÃO E PARTE GERAL

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	41
1. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO	41
2. DIREITO NATURAL E DIREITO POSITIVO	42
3. A DIVISÃO DO DIREITO E A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL	42
4. A EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	45
5. AS FONTES DO DIREITO	46
5.1. FONTES FORMAIS, DIRETAS OU IMEDIATAS	47
5.2. FONTES NÃO FORMAIS, INDIRETAS OU MEDIATAS	47
6. A SISTEMÁTICA DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E SUAS DIRETRIZES BÁSICAS: ETICIDADE, SOCIABILIDADE E OPERABILIDADE	47
2. LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	51
1. DA LICC À LINDB: SEUS CONTORNOS INICIAIS	51
2. NATUREZA JURÍDICA DA LINDB	52
3. CLASSIFICAÇÃO DAS LEIS	52
3.1. QUANTO À OBRIGATORIEDADE	52
3.2. QUANTO À SUA NATUREZA	52
3.3. QUANTO AO AUTORIZAMENTO (OU INTENSIDADE DA SANÇÃO)	53
4. VIGÊNCIA DAS LEIS	53
5. VACÂNCIA DA LEI OU VACATIO LEGIS	54
5.1. CONTAGEM DA VACATIO LEGIS	54
6. LEI COM INCORREÇÕES OU ERROS MATERIAIS	54
7. PRINCÍPIOS INFORMADORES DA EFICÁCIA DAS LEIS	55
7.1. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS	55

7.2. PRINCÍPIO DO IURA <i>NOVIT CURIA</i>	55
7.3. PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DAS LEIS	55
8. REVOGAÇÃO DA LEI	56
8.1. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO	56
9. REPRISTINAÇÃO	57
10. INTEGRAÇÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO	57
10.1. ANALOGIA	57
10.2. COSTUMES	58
10.3. PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	59
10.4. EQUIDADE	60
11. INTERPRETAÇÃO DAS LEIS	61
11.1. QUANTO À ORIGEM	61
11.2. QUANTO AOS MÉTODOS	61
11.3. QUANTO AO RESULTADO	62
12. CONFLITO DE LEIS NO TEMPO	62

3. DAS PESSOAS NATURAIS **65**

1. DA PERSONALIDADE JURÍDICA	65
2. O INÍCIO DA PERSONALIDADE	66
2.1. TEORIA NATALISTA	66
2.2. TEORIA DA PERSONALIDADE CONDICIONAL	67
2.3. TEORIA CONCEPCIONISTA	68
3. A SITUAÇÃO JURÍDICA DO EMBRIÃO	72
4. O FIM DA PERSONALIDADE	74
4.1. MORTE REAL	74
4.2. MORTE CIVIL OU FICTÍCIA	75
4.3. MORTE PRESUMIDA	75
5. DA AUSÊNCIA	76
5.1. HIPÓTESES QUE AUTORIZAM A ABERTURA DO PROCEDIMENTO DA AUSÊNCIA	76
5.2. O PORQUÊ DO INSTITUTO DA AUSÊNCIA	77
5.3. FASES DO PROCEDIMENTO DE AUSÊNCIA	77
5.4. REAPARECIMENTO DO AUSENTE	79
5.4.1. DO RETORNO DO AUSENTE QUE ERA CASADO	79
6. COMORIÊNCIA	80
7. A DIGNIDADE NO SEIO DA MORTE	81
8. ATRIBUTOS DA PERSONALIDADE	84
8.1. NOME CIVIL	84
8.2. HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL	85
9. ESTADO CIVIL	90
10. CAPACIDADE	91
10.1. CAPACIDADE DE DIREITO/AQUISIÇÃO/GOZO	91
10.2. CAPACIDADE DE FATO/EXERCÍCIO/AÇÃO	92
11. REGISTRO E AVERBAÇÃO	114
12. DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	115
12.1. A PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	115
12.2. CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	115

12.3. A CLÁUSULA GERAL DE TUTELA AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	116
12.4. A RELATIVIZAÇÃO DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	118
12.5. O DIREITO AO ESQUECIMENTO	120
12.6. A PROTEÇÃO DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 A ALGUNS DIREITOS DA PERSONALIDADE	123
12.7. A PROTEÇÃO À PESSOA JURÍDICA	134
13. DOMICÍLIO DA PESSOA NATURAL	135
13.1. ESPÉCIES DE DOMICÍLIO	136

4. DAS PESSOAS JURÍDICAS 137

1. PESSOA JURÍDICA: DEFINIÇÃO E FUNÇÃO SOCIAL	137
2. REQUISITOS CARACTERIZADORES DA PESSOA JURÍDICA	138
3. NATUREZA JURÍDICA DA PESSOA JURÍDICA	138
4. CLASSIFICAÇÃO DAS PESSOAS JURÍDICAS	139
4.1. QUANTO À NACIONALIDADE	139
4.2. QUANTO À FUNÇÃO	139
4.3. QUANTO À ESTRUTURA	140
5. PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO	141
5.1. SOCIEDADES	141
5.2. ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53/61, CC)	141
5.3. FUNDAÇÕES (ARTS. 62/69, CC)	143
5.4. ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS	146
5.5. PARTIDOS POLÍTICOS	146
6. QUADRO COMPARATIVO: ASSOCIAÇÕES, SOCIEDADES E FUNDAÇÕES	146
7. INÍCIO DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA	147
8. ENTES DESPERSONALIZADOS	149
9. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA (DISREGARD DOCTRINE)	150
9.1. GENERALIDADES	150
9.2. TEORIAS ACERCA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA	153
9.3. A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA	154
9.4. A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE DA PESSOA JURÍDICA NO CPC DE 2015 (ARTS. 133 AO 137)	155
9.5. TÓPICOS SINÓPTICOS PARA FIXAÇÃO DO TEMA	157
10. DOMICÍLIO DA PESSOA JURÍDICA	157
11. EXTINÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	158

5. DOS BENS 159

1. ALGUMAS DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	159
2. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS	160
2.1. DOS BENS CONSIDERADOS EM SI MESMOS	160
2.2. DOS BENS RECIPOCAMENTE CONSIDERADOS	166
2.3. DOS BENS QUANTO À TITULARIDADE DE DOMÍNIO	170

6. DO BEM DE FAMÍLIA 173

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	173
2. O BEM DE FAMÍLIA E A TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	173

3. NATUREZA JURÍDICA DO BEM DE FAMÍLIA	174
4. O BEM DE FAMÍLIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO: DUALIDADE DE SISTEMAS	175
4.1. O BEM DE FAMÍLIA LEGAL (LEI Nº 8.009/90)	175
4.2. O BEM DE FAMÍLIA CONVENCIONAL OU VOLUNTÁRIO	187

7. DOS FATOS JURÍDICOS

1. CLASSIFICAÇÃO DOS FATOS JURÍDICOS	191
2. DOS ATOS JURÍDICOS EM SENTIDO ESTRITO OU ATOS JURÍDICOS NÃO-NEGOCIAIS	192
3. DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	193
3.1. CLASSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	193
4. OS TRÊS PLANOS DO NEGÓCIO JURÍDICO: EXISTÊNCIA, VALIDADE E EFICÁCIA	195
4.1. O PLANO DA EXISTÊNCIA	195
4.2. O PLANO DA VALIDADE	195
4.3. O PLANO DA EFICÁCIA	195
4.4. A ESCADA PONTEANA	195
5. OS ELEMENTOS DO NEGÓCIO JURÍDICO	196
5.1. OS ELEMENTOS ESSENCIAIS DE VALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	196
5.2. ELEMENTOS ACIDENTAIS DO NEGÓCIO JURÍDICO OU MODALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO: CONDIÇÃO, TERMO E ENCARGO	198
6. INTERPRETAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS	206
7. DA REPRESENTAÇÃO	208
7.1. CONFLITO DE INTERESSES	209
7.2. CONTRATO CONSIGO MESMO OU AUTOCONTRATO	210

8. DOS DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO

1. GENERALIDADES	213
1.1. VÍCIOS DO CONSENTIMENTO OU DA VONTADE	213
1.2. VÍCIOS SOCIAIS	213
2. ERRO OU IGNORÂNCIA	214
2.1. CONCEITO	214
2.2. O ERRO SUBSTANCIAL	214
2.3. O FALSO MOTIVO EXPRESSO COMO RAZÃO DETERMINANTE	215
2.4. O ERRO ACIDENTAL	215
2.5. ESCUSABILIDADE OU PRINCÍPIO DA CONFIANÇA?	216
2.6. MEIOS INTERPOSTOS	217
2.7. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO	217
3. DOLO	217
3.1. DOLO PRINCIPAL E DOLO ACIDENTAL	217
3.2. DOLO ATIVO (DOLO POSITIVO) E DOLO PASSIVO (DOLO NEGATIVO)	218
3.3. DOLUS BONUS E DOLUS MALUS	219
3.4. DOLO DIRETO E DOLO DE TERCEIRO	219
3.5. O DOLO DO REPRESENTANTE	219
3.6. DOLO RECÍPROCO OU TORPEZA BILATERAL	220
4. COAÇÃO	220
4.1. COAÇÃO FÍSICA E COAÇÃO MORAL	220

4.2. A AMEAÇA DO EXERCÍCIO NORMAL DE UM DIREITO E O TEMOR REVERENCIAL	221
4.3. APRECIACÃO DA COAÇÃO	222
4.4. EFEITOS DA COAÇÃO	222
4.5. COAÇÃO DE TERCEIRO	222
5. ESTADO DE PERIGO	223
5.1. O DOLO DE APROVEITAMENTO	223
5.2. EFEITOS DO ESTADO DE PERIGO	224
6. LESÃO	224
6.1. LESÃO USURÁRIA, LESÃO ENORME E LESÃO ESPECIAL. DISTINÇÕES	224
6.2. QUADRO COMPARATIVO: LESÃO USURÁRIA, LESÃO ENORME E LESÃO ESPECIAL	229
6.3. QUADRO COMPARATIVO: LESÃO E ESTADO DE PERIGO	229
7. FRAUDE CONTRA CREDITORES	230
7.1. O PRINCÍPIO DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL	230
7.2. CONCEITO DE FRAUDE CONTRA CREDITORES	230
7.3. MANIFESTAÇÕES DA FRAUDE CONTRA CREDITORES	230
7.4. O ART. 164 DO CÓDIGO CIVIL E A TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO	231
7.5. REQUISITOS PARA A CONFIGURAÇÃO DA FRAUDE CONTRA CREDITORES	231
7.6. A AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA	232
7.7. ESPECIFICIDADES DA AÇÃO PAULIANA OU REVOCATÓRIA	232
7.8. DISTINÇÃO ENTRE FRAUDE CONTRA CREDITORES E FRAUDE DE EXECUÇÃO	234
7.9. QUADRO COMPARATIVO: FRAUDE CONTRA CREDITORES E FRAUDE DE EXECUÇÃO	235
9. DA SIMULAÇÃO	237
1. A SIMULAÇÃO E O SEU NOVO REGIME NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	237
2. HIPÓTESES DE SIMULAÇÃO	239
3. ESPÉCIES DE SIMULAÇÃO	239
3.1. SIMULAÇÃO ABSOLUTA	239
3.2. SIMULAÇÃO RELATIVA	239
4. SIMULAÇÃO INOCENTE E SIMULAÇÃO MALICIOSA	240
5. O TERCEIRO DE BOA-FÉ	240
6. A RESERVA MENTAL	241
10. DA INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO	243
1. NULIDADE (NULIDADE ABSOLUTA)	244
1.1. HIPÓTESES DE NULIDADE ABSOLUTA	244
1.2. PECULIARIDADES DO REGIME DAS NULIDADES	247
2. ANULABILIDADE (NULIDADE RELATIVA)	249
2.1. HIPÓTESES DE NULIDADE RELATIVA	250
2.2. PECULIARIDADES DO REGIME DAS ANULABILIDADES	250
3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES NECESSÁRIAS	253
3.1. EXCEÇÃO À REGRA DE PROTEÇÃO AO MENOR: O <i>TU QUOQUE</i>	253
3.2. IMPOSSIBILIDADE DE SE RECLAMAR A DEVOLUÇÃO DA IMPORTÂNCIA PAGA A UM INCAPAZ	254
3.3. PRINCÍPIO DA INCOMUNICABILIDADE DAS NULIDADES	254
3.4. A INVALIDADE DO INSTRUMENTO	255

4. QUADRO COMPARATIVO: NULIDADE X ANULABILIDADE	255
---	-----

11. DOS ATOS ILÍCITOS 257

1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	257
2. ESPÉCIES DE ATOS ILÍCITOS: SUBJETIVO (ART. 186, CC) E OBJETIVO (ART. 187, CC)	258
3. EXCLUDENTES DE ILICITUDE	260

12. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 263

1. ETAPAS PARA A COMPREENSÃO DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	263
2. PRESCRIÇÃO	267
2.1. PRESCRIÇÃO EXTINTIVA E PRESCRIÇÃO AQUISITIVA	267
2.2. NATUREZA JURÍDICA DA PRESCRIÇÃO EXTINTIVA	268
2.3. A PRESCRIÇÃO DA EXCEÇÃO (ART. 190, CC)	268
2.4. RENÚNCIA À PRESCRIÇÃO	269
2.5. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS PELA VONTADE DAS PARTES	270
2.6. SUPRIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ	270
2.7. MOMENTO DE ALEGAÇÃO DA PRESCRIÇÃO	271
2.8. CONTINUAÇÃO DA PRESCRIÇÃO	272
2.9. RESPONSABILIZAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA E DO ASSISTENTE DO RELATIVAMENTE INCAPAZ	273
2.10. CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO	273
2.11. CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO	277
2.12. O ALCANCE DA INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO	280
2.13. OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO	281
2.14. O INÍCIO DA CONTAGEM DOS PRAZOS PRESCRICIONAIS E A TEORIA DA <i>ACTIO NATA</i>	283
2.15. OS PRAZOS DE PRESCRIÇÃO E O DIREITO INTERTEMPORAL	285
3. DECADÊNCIA OU CADUCIDADE	287
3.1. RENÚNCIA À DECADÊNCIA	287
3.2. MOMENTO DE ALEGAÇÃO	287
3.3. SUPRIMENTO DE OFÍCIO	287
3.4. CAUSAS IMPEDITIVAS, SUSPENSIVAS E INTERRUPTIVAS	288
3.5. PRAZOS DECADENCIAIS	288
4. QUADRO COMPARATIVO: PRESCRIÇÃO X DECADÊNCIA	288
5. QUADRO COMPARATIVO: DECADÊNCIA LEGAL X DECADÊNCIA CONVENCIONAL	289

DIREITO DAS OBRIGAÇÕES

13. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 293

1. A RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL	293
2. O DÉBITO (<i>SCHULD</i>) E A RESPONSABILIDADE (<i>HAFTUNG</i>)	294
3. A RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO DEVEDOR. A PROBLEMÁTICA DA PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL	295
4. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS: DEVER JURÍDICO, OBRIGAÇÃO, ÔNUS E ESTADO DE SUJEIÇÃO	296
5. FONTES DAS OBRIGAÇÕES	298

5.1. FONTE IMEDIATA	298
5.2 FONTES MEDIATAS	298
6. A OBRIGAÇÃO COMO UM PROCESSO. A OBRIGAÇÃO COMPLEXA	299
7. OBRIGAÇÃO <i>PROPTER REM</i> OU REAL	300

14. DOS ATOS UNILATERAIS 301

1. DA PROMESSA DE RECOMPENSA	301
2. DA GESTÃO DE NEGÓCIOS	303
3. DO PAGAMENTO INDEVIDO	306
3.1. CONCEITO	306
3.2. REQUISITOS DO PAGAMENTO INDEVIDO	306
3.3. REGRAS DO PAGAMENTO INDEVIDO	306
3.4. HIPÓTESES EM QUE NÃO É POSSÍVEL A REPETIÇÃO	307
3.5. FRUTOS, ACESSÕES, BENFEITORIAS E DETERIORAÇÕES SUPERVENIENTES AO PAGAMENTO INDEVIDO	307
3.6. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL DADO EM PAGAMENTO INDEVIDO	308
4. DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	308
4.1. REQUISITOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	309
4.2. EFEITOS DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA	309
4.3. A SUBSIDIARIEDADE DO INSTITUTO	309

15. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES 311

1. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO CONTEÚDO DO OBJETO OBRIGACIONAL	311
1.1. A OBRIGAÇÃO DE DAR	311
1.2. A OBRIGAÇÃO DE FAZER	318
2. CLASSIFICAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANTO À QUANTIDADE DE ELEMENTOS OBRIGACIONAIS	321
2.1. ANÁLISE DAS OBRIGAÇÕES SUBJETIVAMENTE PLURAIS	321
2.2. ANÁLISE DAS OBRIGAÇÕES OBJETIVAMENTE PLURAIS	334
3. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO CONTEÚDO	336
4. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LIQUIDEZ	337
5. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À DEPENDÊNCIA	337
6. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO MOMENTO DE CUMPRIMENTO	337
7. CLASSIFICAÇÃO QUANTO AO LOCAL DO ADIMPLEMENTO	338
8. VISÃO PANORÂMICA DAS OBRIGAÇÕES	338

16. DO ADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES 341

1. FORMA NORMAL DE SE ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO: O PAGAMENTO	341
1.1. ASPECTOS SUBJETIVOS	341
1.2. ASPECTOS OBJETIVOS	346
1.3. DO LUGAR DO PAGAMENTO	351
1.4. DO TEMPO DO PAGAMENTO	353
2. FORMAS ESPECIAIS DE SE ADIMPLIR A OBRIGAÇÃO	354
2.1. DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO	354
2.2. DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO	356
2.3. DA IMPUTAÇÃO DO PAGAMENTO	359

2.4. DA DAÇÃO EM PAGAMENTO	360
2.5. DA NOVAÇÃO	362
2.6. DA COMPENSAÇÃO	364
2.7. DA CONFUSÃO	369
2.8. DA REMISSÃO DAS DÍVIDAS	370
17. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES	373
1. DO INADIMPLEMENTO RELATIVO (DA MORA)	373
1.1. EFEITOS DA MORA	374
1.2. ESPÉCIES DE MORA DO DEVEDOR	377
1.3. A MORA DA OBRIGAÇÃO DECORRENTE DE ATO ILÍCITO	379
1.4. A PURGA OU EMENDA DA MORA	381
2. DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	381
2.1. EFEITO DO INADIMPLEMENTO ABSOLUTO	383
3. DAS PERDAS E DANOS	383
4. DOS JUROS LEGAIS	384
4.1. CLASSIFICAÇÃO DOS JUROS	384
4.2. A SISTEMÁTICA DOS JUROS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	385
4.3. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS CONVENCIONAIS	387
4.4. A TAXA DE JUROS NAS ATIVIDADES BANCÁRIAS	390
4.5. INÍCIO DA CONTAGEM DOS JUROS DE MORA	391
4.6. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÃO DE PREJUÍZO	392
5. DA CLÁUSULA PENAL	393
5.1. CONCEITO E FINALIDADES	393
5.2. ESPÉCIES	394
5.3. CLÁUSULA PENAL MORATÓRIA	394
5.4. CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA	395
5.5. REDUÇÃO EQUITATIVA DA CLÁUSULA PENAL	396
5.6. CLÁUSULA PENAL E OBRIGAÇÃO INDIVISÍVEL	397
5.7. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR	398
6. INADIMPLEMENTO MÍNIMO OU ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL	398
7. VIOLAÇÃO POSITIVA DO CONTRATO	400
7.1. A DOUTRINA DO INADIMPLEMENTO ANTECIPADO (ANTICIPATORY BREACH OF CONTRACT)	401
18. DA TRANSMISSÃO DAS OBRIGAÇÕES	405
1. DA CESSÃO DE CRÉDITO	406
1.1. CONCEITO E PARTES	406
1.2. OBJETO DA CESSÃO	406
1.3. FORMA PARA A REALIZAÇÃO DA CESSÃO	407
1.4. DESNECESSIDADE DE ANUÊNCIA DO DEVEDOR E IMPRESCINDIBILIDADE DE NOTIFICAÇÃO AO DEVEDOR	408
1.5. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PELA EXISTÊNCIA DO CRÉDITO	409
1.6. RESPONSABILIDADE DO CEDENTE PELA SOLVÊNCIA DO DEVEDOR	409
2. DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	409

2.1. MODALIDADES DE ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	409
2.2. EFEITOS DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	410
2.3. ANULAÇÃO DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA	411
2.4. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS	411
19. DAS ARRAS	413
1. ESPÉCIES DE ARRAS	413
1.1. ARRAS CONFIRMATÓRIAS OU PROBATÓRIAS	414
1.2. ARRAS PENITENCIAIS	415
2. DIFERENÇA ENTRE ARRAS E CLÁUSULA PENAL	416

RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

20. TÓPICOS SINÓPTICOS PARA RESPONSABILIDADE CIVIL: NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	421
1. RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL	421
2. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRA CONTRATUAL	421
3. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA	423
21. A RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	425
1. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE SUBJETIVA	425
1.1. A CONDUTA HUMANA ANTIJURÍDICA	425
1.2. A CULPA LATO SENSU OU CULPA GENÉRICA	426
1.3. O NEXO CAUSAL	429
1.4. O DANO	438
22. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA	461
1. NOÇÕES PRELIMINARES DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	461
2. RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO	464
2.1. A RESPONSABILIDADE DOS PAIS PELOS ATOS DOS FILHOS MENORES	465
2.2. A RESPONSABILIDADE DOS TUTORES E CURADORES PELOS ATOS DOS PUPILOS E CURATELADOS	468
2.3. A RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR OU COMITENTE, POR SEUS EMPREGADOS, SERVIÇAIOS E PREPOSTOS	469
2.4. A RESPONSABILIDADE DOS DONOS DE HOTÉIS, HOSPEDARIAS, CASAS OU ESTABELECIMENTOS ONDE SE ALBERGUE POR DINHEIRO, MESMO PARA FINS DE EDUCAÇÃO, PELOS SEUS HÓSPEDES, MORADORES E EDUCANDOS	471
2.5. A RESPONSABILIDADE DOS QUE GRATUITAMENTE HOVEREM PARTICIPADO NOS PRODUTOS DO CRIME	473
3. O RESSARCIMENTO DAQUELE QUE HOVER PAGO: O DIREITO REGRESSIVO	474
4. A NATUREZA DA RESPONSABILIDADE POR FATO DE TERCEIRO: SOLIDÁRIA OU SUBSIDIÁRIA? A RESPONSABILIDADE DO INCAPAZ (ART. 928, CC)	475
5. RESPONSABILIDADE POR FATO DE COISA	477
5.1. FURTO OU ROUBO DE VEÍCULO	478

5.2. PREJUÍZO DECORRENTE DE VEÍCULO EMPRESTADO	478
5.3. VEÍCULO ALIENADO, MAS NÃO TRANSFERIDO NO DETRAN	479
5.4. A RESPONSABILIDADE DAS EMPRESAS DE LEASING PELA COISA ARRENDADA	480
5.5. A RESPONSABILIDADE DO DONO OU DETENTOR DO ANIMAL	480
5.6. A RESPONSABILIDADE POR DANOS CAUSADOS EM PRÉDIOS EM RUÍNAS	482
5.7. RESPONSABILIDADE POR COISAS CAÍDAS DO PRÉDIO	483
5.8. A RESPONSABILIDADE DOS EMPRESÁRIOS INDIVIDUAIS E DAS EMPRESAS PREVISTA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002	484
6. A TEORIA DO RISCO	487
7. AS VÁRIAS CONCEPÇÕES DA TEORIA DO RISCO	488
7.1. TEORIA DO RISCO CRIADO	488
7.2. TEORIA DO RISCO INTEGRAL	488
7.3. TEORIA DO RISCO PROVEITO	491
8. A RESPONSABILIDADE POR ABUSO DE DIREITO	491
8.1. OS LIMITES AO EXERCÍCIO DO DIREITO	494
23. DAS EXCLUDENTES DE ILICITUDE	497
1. A LEGÍTIMA DEFESA	497
2. O EXERCÍCIO REGULAR DE UM DIREITO E O ESTRITO CUMPRIMENTO DE UM DEVER LEGAL	498
3. O ESTADO DE NECESSIDADE	499
4. OUTRA EXCLUDENTE DA RESPONSABILIDADE: A CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR	500
24. DA LIQUIDAÇÃO DE DANOS	503
1. O PRINCÍPIO DA REPARAÇÃO INTEGRAL DE DANOS	503
2. MUDANÇA DE PARADIGMA NO CÓDIGO CIVIL DE 2002: O POLÊMICO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 944 DO CC	504
3. INDENIZAÇÃO EM CASO DE HOMICÍDIO	506
4. INDENIZAÇÃO EM CASO DE LESÃO CORPORAL	510
5. INDENIZAÇÃO EM CASO DE LESÃO CORPORAL QUE INCAPACITE A VÍTIMA PARA O TRABALHO	510
6. INDENIZAÇÃO EM CASO DE USURPAÇÃO OU ESBULHO DO ALHEIO	513
7. INDENIZAÇÃO POR INJÚRIA, DIFAMAÇÃO OU CALÚNIA	513
8. INDENIZAÇÃO EM CASO DE OFENSA À LIBERDADE PESSOAL	514
9. OUTRAS VERBAS INCLUÍDAS NO MONTANTE INDENIZATÓRIO	514
9.1. CORREÇÃO MONETÁRIA	514
9.2. JUROS MORATÓRIOS	516
9.3. 13º SALÁRIO OU GRATIFICAÇÃO NATALINA	516
10. SEGURO OBRIGATÓRIO E INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. COMPENSAÇÃO?	517
11. LEGITIMADOS A POSTULAR A INDENIZAÇÃO	518
12. PESSOAS OBRIGADAS A REPARAR O DANO	518
13. A PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PARA A REPARAÇÃO CIVIL	519
25. RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA VINCENDA OU DE DÍVIDA JÁ PAGA	521

1. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA VINCENDA	521
2. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DEMANDA DE DÍVIDA JÁ PAGA	522
3. A NECESSIDADE DE MÁ-FÉ DO CREDOR. A SÚMULA 159 DO STF	522
4. A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE ORIUNDA DOS ARTS. 939 E 940 DO CC: SUBJETIVA OU OBJETIVA?	524
5. O AFASTAMENTO DAS SANÇÕES POR DESISTÊNCIA DA AÇÃO	524

26. PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA DA RESPONSABILIDADE CIVIL EM RELAÇÃO À PENAL 525

1. A RELATIVIDADE DA INDEPENDÊNCIA ENTRE OS JUÍZOS CÍVEL E CRIMINAL	525
2. CONCLUSÕES NECESSÁRIAS	526

27. RESPONSABILIDADE CIVIL NO TRANSPORTE DE PESSOAS 529

1. O CONTRATO DE TRANSPORTE. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE. REGRAS GERAIS	529
2. AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	531
3. O PORQUÊ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR EM RELAÇÃO AOS PASSAGEIROS	533
4. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	533
5. O TRANSPORTE GRATUITO. A "CARONA"	536
5.1. O TRANSPORTE APARENTEMENTE GRATUITO	536
5.2. O TRANSPORTE PURAMENTE GRATUITO	537
6. O TRANSPORTE CLANDESTINO	539

28. A RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO 541

1. A RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO. NOTAS INTRODUTÓRIAS	541
2. O CONSUMIDOR	542
2.1. A CORRENTE FINALISTA OU SUBJETIVISTA	544
2.2. A CORRENTE MAXIMALISTA OU OBJETIVISTA	545
2.3. AS DUAS CORRENTES E O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	545
2.4. O FINALISMO ATENUADO	546
2.5. OUTROS CONSUMIDORES PELO CDC: PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º, ART. 17 E ART. 29	547
3. O FORNECEDOR	549
4. O PRODUTO	551
5. O SERVIÇO	552
5.1. AS ATIVIDADES DE NATUREZA BANCÁRIA, FINANCEIRA, DE CRÉDITO E SECURITÁRIA	552
5.2. A REMUNERAÇÃO DO SERVIÇO: DIRETA OU INDIRETA	554
5.3. OS SERVIÇOS PÚBLICOS	555
6. A NATUREZA JURÍDICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO	558
7. A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO VÍCIO DO PRODUTO OU SERVIÇO	559
8. A RESPONSABILIDADE CIVIL PELO FATO DO PRODUTO OU SERVIÇO. O ACIDENTE DE CONSUMO	561
9. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	562

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

29. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	567
1. O CONTRATO COMO NEGÓCIO JURÍDICO	567
2. CONCEITO DE CONTRATO	567
3. O CONTRATO COMO FONTE DAS OBRIGAÇÕES	568
4. A IMPORTÂNCIA DOS CONTRATOS	569
5. O DIÁLOGO DAS FONTES: O CÓDIGO CIVIL DE 2002 E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	569
6. A PRETENSA CRISE DOS CONTRATOS	571
30. OS PRINCÍPIOS CONTRATUAIS	573
1. A PRINCIPIOLOGIA CLÁSSICA	573
2. A NOVA PRINCIPIOLOGIA. A TEORIA PRECEPTIVA	574
2.1. O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA PRIVADA E OS SEUS SUBPRINCÍPIOS: A LIBERDADE CONTRATUAL, O CONSENSUALISMO E A RELATIVIDADE DOS EFEITOS DOS CONTRATOS	574
3. A OBRIGATORIEDADE CONTRATUAL (O <i>PACTA SUNT SERVANDA</i>)	579
4. A FUNÇÃO SOCIAL DOS CONTRATOS	579
4.1. A REDAÇÃO EQUIVOCADA DO ART. 421 DO CC	582
4.2. O SUBPRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO OU PRESERVAÇÃO DOS CONTRATOS	583
5. A BOA-FÉ OBJETIVA	583
5.1. BOA-FÉ OBJETIVA E BOA-FÉ SUBJETIVA: UMA DISTINÇÃO NECESSÁRIA	584
5.2. AS FUNÇÕES DA BOA-FÉ OBJETIVA	585
5.3. TEORIAS QUE DECORREM DA BOA-FÉ OBJETIVA	590
6. A JUSTIÇA CONTRATUAL	594
31. A CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	595
1. QUANTO AO MOMENTO DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO	595
2. QUANTO ÀS FORMALIDADES EXIGIDAS	595
3. QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	596
4. QUANTO AO SACRIFÍCIO PATRIMONIAL SOFRIDO	596
5. QUANTO À PREVISÃO LEGAL	597
6. QUANTO AO TEMPO DE EXECUÇÃO OU MOMENTO DO CUMPRIMENTO	597
7. QUANTO À PESSOALIDADE	598
8. QUANTO À INDEPENDÊNCIA	598
9. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO OU DISCUSSÃO DAS PARTES ACERCA DO CONTEÚDO DO CONTRATO	598
10. QUANTO AOS RISCOS	600
11. VISÃO TOPOGRÁFICA ACERCA DA CLASSIFICAÇÃO DOS CONTRATOS	601
11.1. QUANTO AO MOMENTO DO APERFEIÇOAMENTO DO CONTRATO	601
11.2. QUANTOS ÀS FORMALIDADES EXIGIDAS	601
11.3. QUANTO ÀS OBRIGAÇÕES DAS PARTES	601
11.4. QUANTO AO SACRIFÍCIO PATRIMONIAL SOFRIDO	601
11.5. QUANTO À PREVISÃO LEGAL	601
11.6. QUANTO AO MOMENTO DO CUMPRIMENTO DO CONTRATO	602
11.7. QUANTO À PESSOALIDADE	602
11.8. QUANTO À INDEPENDÊNCIA	602

11.9. QUANTO AO MODO DE ELABORAÇÃO OU DISCUSSÃO DAS PARTES ACERCA DO CONTEÚDO DO CONTRATO	602
11.10. QUANTO AOS RISCOS	602
32. REQUISITOS DE EXISTÊNCIA E VALIDADE DOS CONTRATOS	603
1. REQUISITOS SUBJETIVOS	603
2. REQUISITOS OBJETIVOS	604
3. REQUISITOS FORMAIS	605
33. A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS	607
1. DAS NEGOCIAÇÕES PRELIMINARES OU FASE DA PONTUAÇÃO	607
2. FASE DA PROPOSTA	609
3. FASE DA ACEITAÇÃO	610
4. LUGAR DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO	612
34. O CONTRATO PRELIMINAR	615
1. OS REQUISITOS DO CONTRATO PRELIMINAR	616
2. A AUSÊNCIA DE CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO	616
3. ESPÉCIES DE CONTRATO PRELIMINAR	617
4. O REGISTRO DA PROMESSA	617
35. EXCEÇÕES AO PRINCÍPIO DA RELATIVIDADE DOS EFEITOS	619
1. ESTIPULAÇÃO EM FAVOR DE TERCEIRO	619
2. PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	621
2.1. OS EFEITOS DA PROMESSA DE FATO DE TERCEIRO	621
3. CONTRATO COM PESSOA A DECLARAR (ARTS. 467/ 471, CC)	621
3.1. CLÁUSULA <i>PRO AMICO ELIGENDO</i>	622
3.2. A INDICAÇÃO DO TERCEIRO	622
3.3. EFEITO <i>EXTUNC</i> DA ACEITAÇÃO DO TERCEIRO	622
36. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	623
1. AS SISTEMÁTICAS EXISTENTES NO CÓDIGO CIVIL E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	623
2. UM CONCEITO GENÉRICO PARA OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS	623
3. OS VÍCIOS REDIBITÓRIOS PELO CÓDIGO CIVIL	624
3.1. O DEFEITO NA COISA	625
3.2. OS EFEITOS DO VÍCIO	626
3.3. PRAZO DECADENCIAL PARA O AJUIZAMENTO DAS AÇÕES EDILÍCIAS	627
3.4. DIFERENÇA ENTRE VÍCIO REDIBITÓRIO E ERRO	630
4. OS VÍCIOS DO PRODUTO OU SERVIÇO PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	630
37. DA EVICÇÃO	633
1. COMPREENDENDO A EVICÇÃO	633
2. AS PARTES NA EVICÇÃO OU OS ELEMENTOS SUBJETIVOS DA EVICÇÃO	635
3. A EXIGÊNCIA DO CONTRATO ONEROSO	635

4. A POSSIBILIDADE DA PROTEÇÃO INCIDENTE NAS AQUISIÇÕES EM HASTA PÚBLICA	635
5. AS CONSEQUÊNCIAS DA EVICÇÃO	637
6. A EVICÇÃO COMO CAUSA IMPEDITIVA DA PRESCRIÇÃO	637
7. A CLÁUSULA DE REFORÇO, DIMINUIÇÃO E EXCLUSÃO DA GARANTIA. A CLÁUSULA DE ASSUNÇÃO OU CIÊNCIA DO RISCO	637
8. AS MANIFESTAÇÕES DA PERDA (TOTAL OU PARCIAL) E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS	638
9. A DETERIORAÇÃO OU BENFEITORIA NO OBJETO DA EVICÇÃO	639
10. A DENUNCIACÃO DA LIIDE NA EVICÇÃO	640

38. EXTINÇÃO DOS CONTRATOS 643

1. FORMA NORMAL OU NATURAL DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS	643
2. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR FATOS ANTERIORES OU CONTEMPORÂNEOS À SUA CELEBRAÇÃO	644
2.1. A INVALIDADE CONTRATUAL	644
2.2. CLÁUSULA RESOLUTIVA	645
2.3. CLÁUSULA DE ARREPENDIMENTO	646
3. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR FATOS POSTERIORES À SUA CELEBRAÇÃO	646
4. EXTINÇÃO DO CONTRATO POR MORTE	647
5. AS DIVERSAS ACEPÇÕES DA PALAVRA "RESCISÃO"	648
6. A EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO (<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>)	648
7. A <i>EXCEPTIO NON RITE ADIMPLETI CONTRACTUS</i>	649
8. A CLÁUSULA <i>SOLVE ET REPETE</i>	650
9. VISÃO TOPOGRAFIA DAS MANIFESTAÇÕES EXTINTIVAS DE UM CONTRATO	650

39. A REVISÃO DOS CONTRATOS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002 E NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR 653

1. A CLÁUSULA <i>REBUS SIC STANTIBUS</i>	653
2. TEORIAS APLICÁVEIS QUANDO DA ONEROSIDADE EXCESSIVA	654
2.1. A TEORIA DA IMPREVISÃO	655
2.2. A TEORIA DA QUEBRA DA BASE OBJETIVA DO NEGÓCIO JURÍDICO	660
3. QUADRO COMPARATIVO	661

DOS CONTRATOS EM ESPÉCIE

40. DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA 665

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	665
2. ELEMENTOS DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	665
2.1. AS PARTES	665
2.2. A COISA	666
2.3. O PREÇO	666
3. NATUREZA JURÍDICA	667
4. OS RISCOS DA COISA E DO PREÇO	668
5. O LUGAR EM QUE DEVERÁ OCORRER A TRADIÇÃO	668
6. A VENDA POR AMOSTRAS, PROTÓTIPOS OU MODELOS	669

7. AS COISAS VENDIDAS CONJUNTAMENTE	669
8. CLASSIFICAÇÃO DA VENDA DE IMÓVEIS: <i>AD MENSURAME AD CORPUS</i>	669
9. RESTRIÇÕES À COMPRA E VENDA	671
9.1. DA VENDA DE ASCENDENTES A DESCENDENTES	671
9.2. DA VENDA DE BENS SOB ADMINISTRAÇÃO	673
9.3. DA VENDA DE BENS ENTRE CÔNJUGES	674
9.4. DA VENDA DE BENS EM CONDOMÍNIO	675
10. CLÁUSULAS ESPECIAIS NO CONTRATO DE COMPRA E VENDA	677
10.1. A RETROVENDA	677
10.2. DA VENDA A CONTENTO E SUJEITA A PROVA	678
10.3. PREEMPÇÃO OU PREFERÊNCIA OU PRELAÇÃO CONVENCIONAL	679
10.4. DA VENDA COM RESERVA DE DOMÍNIO	681
10.5. DA VENDA SOBRE DOCUMENTOS	683
41. DO CONTRATO DE TROCA OU PERMUTA	685
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	685
2. NATUREZA JURÍDICA	685
3. TRAÇOS DISTINTIVOS DA PERMUTA EM RELAÇÃO À COMPRA E VENDA	686
42. DO CONTRATO ESTIMATÓRIO	687
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	687
2. AS PARTES NO CONTRATO ESTIMATÓRIO	687
3. NATUREZA JURÍDICA	688
4. CARACTERES JURÍDICOS	688
5. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	688
43. DO CONTRATO DE DOAÇÃO	691
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	691
2. NATUREZA JURÍDICA	691
3. DA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO	692
4. CLASSIFICAÇÃO DA DOAÇÃO QUANTO AOS ELEMENTOS ACIDENTAIS	692
5. MODALIDADES DE DOAÇÃO	693
6. DOAÇÕES VEDADAS	694
6.1. DOAÇÃO INOFICIOSA	695
6.2. DOAÇÃO UNIVERSAL	695
6.3. DOAÇÃO DO CÔNJUGE ADÚLTERO AO SEU CÚMPLICE	696
6.4. DOAÇÃO DISSIMULADA	696
6.5. DOAÇÃO DE BENS ALHEIOS	696
7. DOAÇÕES COM RESSALVAS	696
7.1. DOAÇÃO AO NASCITURO	696
7.2. DOAÇÃO DE ASCENDENTE A DESCENDENTE	697
7.3. DOAÇÃO ENTRE CÔNJUGES	698
8. PROMESSA DE DOAÇÃO	698
9. REVOGAÇÃO DA DOAÇÃO	698
9.1. REVOGAÇÃO POR INGRATIDÃO DO DONATÁRIO	698

9.2. REVOGAÇÃO PELO DESCUMPRIMENTO DE UM ENCARGO	700
44. DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	701
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	701
2. AS PARTES NO CONTRATO DE LOCAÇÃO	701
3. NATUREZA JURÍDICA	701
4. OBRIGAÇÕES DO LOCADOR	702
5. OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO	702
6. PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA DURANTE A LOCAÇÃO	702
7. ALIENAÇÃO DA COISA DURANTE A LOCAÇÃO	703
8. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO	703
9. BENFEITORIAS REALIZADAS PELO LOCATÁRIO	703
45. DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO:	705
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	705
2. ESPÉCIES DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO	705
3. DO CONTRATO DE COMODATO	705
3.1. AS PARTES NO CONTRATO DE COMODATO	706
3.2. NATUREZA JURÍDICA	706
3.3. ASPECTOS SUBJETIVOS RELEVANTES NO CONTRATO DE COMODATO	706
3.4. OBRIGAÇÕES DO COMODATÁRIO E EFEITOS DO CONTRATO DE COMODATO	707
3.5. COMODATO COM PRAZO DETERMINADO E INDETERMINADO	708
4. DO CONTRATO DE MÚTUO	708
4.1. AS PARTES NO CONTRATO DE MÚTUO	709
4.2. NATUREZA JURÍDICA	709
4.3. DA RESTITUIBILIDADE	709
4.4. O MÚTUO FEITO A MENOR	710
4.5. O MÚTUO FENERATÍCIO	711
46. DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	713
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	713
2. NATUREZA JURÍDICA	713
3. A RETRIBUIÇÃO	714
4. A TEMPORARIEDADE	715
5. O ALICIAMENTO DO PRESTADOR DE SERVIÇO E A TUTELA EXTERNA DO CRÉDITO	716
6. A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	717
47. DO CONTRATO DE EMPREITADA	719
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	719
2. AS PARTES NO CONTRATO DE EMPREITADA	719
3. DISTINÇÃO NECESSÁRIA: EMPREITADA X PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	719
4. NATUREZA JURÍDICA	720
5. CLASSIFICAÇÃO DA EMPREITADA	720
5.1. QUANTO À DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO A SER PAGA	720
5.2. QUANTO AO MODO DE EXECUÇÃO DO TRABALHO	721

6. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO EMPREITEIRO	722
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO DONO DA OBRA	723

48. DO CONTRATO DE DEPÓSITO 725

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	725
2. AS PARTES NO CONTRATO DE DEPÓSITO	725
3. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	725
4. NATUREZA JURÍDICA	725
5. MODALIDADES DE DEPÓSITO	726
6. DAS OBRIGAÇÕES E DIREITOS DO DEPOSITÁRIO	727
7. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE DEPÓSITO	728
8. A PROBLEMÁTICA DA PRISÃO DO DEPOSITÁRIO INFIEL	728

49. DO CONTRATO DE MANDATO 731

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	731
2. PARTES NO CONTRATO DE MANDATO	731
3. NATUREZA JURÍDICA	732
4. DA PROCURAÇÃO	732
5. DO SUBSTABELECIMENTO	733
6. MODALIDADES DO CONTRATO DE MANDATO	733
6.1. QUANTO AO PROCURADOR	734
6.2. QUANTO À EXTENSÃO	734
6.3. QUANTO AO CONTEÚDO	734
6.4. QUANTO À FINALIDADE	734
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MANDANTE	735
8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MANDATÁRIO	735
9. SOBRE A EXTINÇÃO DO CONTRATO DE MANDATO	736
9.1. A RESILIÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE MANDATO: A REVOGAÇÃO E A RENÚNCIA	736
9.2. A MORTE DE UMA DAS PARTES CONTRATANTES	737

50. DO CONTRATO DE COMISSÃO 739

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	739
2. AS PARTES NO CONTRATO DE COMISSÃO	739
3. NATUREZA JURÍDICA	739
4. A RESPONSABILIDADE DO COMISSÁRIO	740
5. DISTINÇÃO NECESSÁRIA: CONTRATO DE COMISSÃO X CONTRATO DE MANDATO	740
6. A CLÁUSULA DEL CREDERE	740
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO COMISSÁRIO	741
8. DIREITOS E DEVERES DO COMITENTE	742

51. DO CONTRATO DE AGÊNCIA 743

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	743
2. AS PARTES NO CONTRATO DE AGÊNCIA	744
3. NATUREZA JURÍDICA	744
4. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO AGENTE	744

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PROPONENTE	745
52. DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	747
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	747
2. AS PARTES NO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	747
3. NATUREZA JURÍDICA	747
4. O OBJETO DO CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO	748
53. DO CONTRATO DE CORRETAGEM	749
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	749
2. AS PARTES NOS CONTRATO DE CORRETAGEM	749
3. NATUREZA JURÍDICA	749
4. A CORRETAGEM COMO OBRIGAÇÃO DE RESULTADO	750
5. A REMUNERAÇÃO DO CORRETOR	750
6. O NEGÓCIO CELEBRADO SEM A INTERMEDIÇÃO DO CORRETOR	752
7. APLICAÇÃO DE OUTRAS NORMAS DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	752
54. DO CONTRATO DE TRANSPORTE	753
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	753
2. AS PARTES NO CONTRATO DE TRANSPORTE	754
3. NATUREZA JURÍDICA	754
4. CLÁUSULA DE INCOLUMIDADE: A OBRIGAÇÃO DE RESULTADO	754
5. LEGISLAÇÃO ATINENTE AO CONTRATO DE TRANSPORTE	755
6. SOBRE O TRANSPORTE DE PESSOAS	756
6.1. AS BAGAGENS DO PASSAGEIRO	756
6.2. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PASSAGEIRO	757
6.3. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO TRANSPORTADOR	757
6.4. AS DIMENSÕES DA RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	758
6.5. O PORQUÊ DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR EM RELAÇÃO AOS PASSAGEIROS	759
6.6. EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR	759
6.7. O TRANSPORTE GRATUITO. A "CARONA"	762
6.8. O TRANSPORTE CLANDESTINO	765
7. SOBRE O TRANSPORTE DE COISAS	766
7.1. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO EXPEDIDOR	766
7.2. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO TRANSPORTADOR	766
7.3. A INTERRUPTÃO NO TRANSPORTE	767
55. DO CONTRATO DE SEGURO	769
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	769
2. AS PARTES NO CONTRATO DE SEGURO	769
3. NATUREZA JURÍDICA	770
4. CARACTERES JURÍDICOS	770
4.1. A APÓLICE	770
4.2. O COSSEGURO E O RESSEGURO	772

4.3. A BOA-FÉ NO CONTRATO DE SEGURO	772
4.4. O VALOR DA INDENIZAÇÃO: A VEDAÇÃO AO SOBRESSEGURO	774
4.5. A APLICAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECIAL	774
5. DO SEGURO DE DANO	775
6. DO SEGURO DE PESSOA	779
6.1. O OBJETO DO SEGURO DE PESSOA	779
6.2. O CAPITAL SEGURADO	780
6.3. SEGURO DE VIDA: CASO DE MORTE OU CASO DE VIDA	781
6.4. O SUICÍDIO DO SEGURADO	782
6.5. A RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA EM CASO DE MORTE DO SEGURADO EM ATIVIDADE ARRISCADA	783
6.6. A IMPOSSIBILIDADE DE SUB-ROGAÇÃO DA SEGURADORA	784
6.7. O SEGURO EM GRUPO OU COLETIVO	784
6.8. A IRRESPONSABILIDADE DA SEGURADORA EM RELAÇÃO A TRATAMENTOS MÉDICOS OU GASTOS HOSPITALARES	785
7. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR	785
8. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO SEGURADO	786
9. SEGURO X PROTEÇÃO VEICULAR	787

56. DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA **789**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	789
2. A CONSTITUIÇÃO DE RENDA SOB OUTRO PRISMA	789
3. NATUREZA JURÍDICA	790
4. A POSSIBILIDADE DE INSERÇÃO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS DE DIREITO	791
5. A DURAÇÃO DO CONTRATO DE CONSTITUIÇÃO DE RENDA	791
6. EFEITOS JURÍDICOS	792

57. DO CONTRATO DE JOGO E APOSTA **795**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	795
2. NATUREZA JURÍDICA	795
3. CLASSIFICAÇÃO DOS JOGOS	796
4. A INEXIGIBILIDADE DO QUE FOI EMPRESTADO PARA O JOGO OU A APOSTA	798
5. CONTRATOS SOBRE TÍTULOS DA BOLSA, MERCADORIAS E VALORES	799
6. O SORTEIO PARA DIRIMIR QUESTÕES OU PARA DIVIDIR COISAS COMUNS	799

58. DO CONTRATO DE FIANÇA **801**

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	801
2. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	801
3. NATUREZA JURÍDICA	802
4. AS PARTES NO CONTRATO DE FIANÇA	803
5. ESPÉCIES DE FIANÇA	804
6. DO OBJETO DA FIANÇA	805
7. DOS EFEITOS DA FIANÇA	805
7.1. O BENEFÍCIO DE ORDEM	805
7.2. O AFASTAMENTO DO BENEFÍCIO DE ORDEM	806

7.3. ALGUNS DIREITOS DO FIADOR	806
7.4. A PLURALIDADE DE FIADORES: A FIANÇA CONJUNTA	807
7.5. A RELAÇÃO EXISTENTE ENTRE O FIADOR E O DEVEDOR	807
8. DA EXTINÇÃO DA FIANÇA	808
9. DA (IM)PENHORABILIDADE DO BEM DE FAMÍLIA DO FIADOR	809
10. PRAZO PARA O FIADOR COBRAR O PAGAMENTO DO DEVEDOR PRINCIPAL	810

59. DO CONTRATO DE TRANSAÇÃO 811

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	811
2. NATUREZA JURÍDICA	811
3. MODALIDADES DE TRANSAÇÃO	812
4. DO OBJETO DA TRANSAÇÃO	812
5. CARACTERES JURÍDICOS	812
6. A ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO	814

60. DO CONTRATO DE COMPROMISSO 817

1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	817
2. NATUREZA JURÍDICA	817
3. CLASSIFICAÇÃO DO COMPROMISSO	817
4. DO OBJETO DO COMPROMISSO	818
5. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS	818
6. DA CONSTITUCIONALIDADE DA ARBITRAGEM	819

DIREITO DAS COISAS

61. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO DAS COISAS 823

1. POLÊMICA TERMINOLÓGICA: DIREITO DAS COISAS OU DIREITOS REAIS?	823
2. EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO PARA OS DIREITOS REAIS	823
3. TEORIAS ACERCA DOS DIREITOS REAIS	824
4. DIREITOS REAIS X DIREITOS PESSOAIS DE CUNHO PATRIMONIAL (DIREITOS OBRIGACIONAIS)	824
4.1. QUANTO AO SUJEITO	825
4.2. QUANTO AO OBJETO	825
4.3. QUANTO À EFICÁCIA	825
4.4. QUANTO À TRANSITORIEDADE	825
4.5. QUANTO À POSSIBILIDADE DE PERSEGUIR A COISA (SEQUELA)	826
4.6. QUANTO À TAXATIVIDADE	826
4.7. QUANTO À PREFERÊNCIA	827
5. INSTITUTOS DE NATUREZA HÍBRIDA	828
5.1. OBRIGAÇÃO PROPTER REM OU OBRIGAÇÃO REAL	828
5.2. OBRIGAÇÕES COM EFICÁCIA REAL	829
5.3. ÔNUS REAL	829
6. UMA CLASSIFICAÇÃO NECESSÁRIA ACERCA DO DIREITO DAS COISAS	830

62. DA POSSE	833
1. TEORIAS EXPLICATIVAS DA POSSE	833
1.1. TEORIA SUBJETIVA DA POSSE DE SAVIGNY	833
1.2. TEORIA OBJETIVA DA POSSE DE IHERING	834
1.3. TEORIAS SOCIOLOGICAS DA POSSE	835
1.4. SÍNTESE DAS TEORIAS EXPLICATIVAS DA POSSE	837
2. NATUREZA JURÍDICA DA POSSE	838
3. CLASSIFICAÇÃO DA POSSE	839
3.1. DESDOBRAMENTO DA POSSE: POSSE INDIRETA E POSSE DIRETA	839
3.2. POSSE EXCLUSIVA E COMPOSSE	841
3.3. POSSE JUSTA E POSSE INJUSTA	843
3.4. POSSE DE BOA-FÉ E POSSE DE MÁ-FÉ	845
3.5. POSSE NOVA E POSSE VELHA	848
3.6. POSSE NATURAL E POSSE CIVIL OU JURÍDICA	848
3.7. POSSE <i>AD INTERDICTA</i> E <i>POSSE AD USUCAPIONEM</i>	848
4. DETENÇÃO	849
4.1. HIPÓTESES DE DETENÇÃO	850
5. AQUISIÇÃO DA POSSE. O CONSTITUTO POSSESSÓRIO	856
6. EFEITOS DA POSSE	857
6.1. DIREITO AOS FRUTOS	857
6.2. RESPONSABILIDADE PELA PERDA OU DETERIORAÇÃO DA COISA	858
6.3. DIREITO ÀS BENFEITORIAS	859
6.4. DIREITO À USUCAPIÃO	861
6.5. DIREITO À AUTOTUTELA OU AUTODEFESA	861
6.6. DIREITO ÀS AÇÕES POSSESSÓRIAS	862
63. DA PROPRIEDADE. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	867
1. CONCEITUAÇÃO E ELEMENTOS CONSTITUTIVOS AÇÃO REIVINDICATÓRIA	867
2. A INAFASTÁVEL FUNÇÃO SOCIAL	869
3. A ABRANGÊNCIA DA PROPRIEDADE	871
4. ESPÉCIES DE PROPRIEDADE	872
5. PRINCIPAIS ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DO DIREITO DE PROPRIEDADE	873
6. DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL INDIRETA	874
7. DA DESCOBERTA	878
8. MODOS AQUISITIVOS DA PROPRIEDADE IMÓVEL	878
64. DA USUCAPIÃO	881
1. ETIMOLOGIA E CONCEITO	881
2. USUCAPIÃO: MODO ORIGINÁRIO DE SE ADQUIRIR A PROPRIEDADE	884
3. A COISA HÁBIL A SER USUCAPIDA (<i>RES HABILIS</i>)	885
4. MODALIDADES DE USUCAPIÃO DE BENS IMÓVEIS	886
4.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA	886
4.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIA	888
4.3. USUCAPIÃO CONSTITUCIONAL OU ESPECIAL	891
4.4. USUCAPIÃO FAMILIAR OU USUCAPIÃO POR ABANDONO DE LAR	897

4.5 USUCAPIÃO INDÍGENA	911
65. DO REGISTRO	923
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	923
2. SISTEMAS AFETOS À AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMOBILÁRIA	924
3. A PRESUNÇÃO RELATIVA DE PROPRIEDADE GERADA PELO REGISTRO	924
4. PRINCÍPIOS QUE REGEM O ATO REGISTRAL	925
4.1 PRINCÍPIO DA INSTÂNCIA	925
4.2 PRINCÍPIO DA CONSTITUTIVIDADE	925
4.3. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE	926
4.4. PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE OU ESPECIALIZAÇÃO	926
4.5 PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE	926
4.6. PRINCÍPIO DA PRIORIDADE OU PREFERÊNCIA	927
4.7. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	928
4.8. PRINCÍPIO DA FORÇA PROBANTE	928
66. DA ACESSÃO	931
1. DELIMITANDO A ACESSÃO E SUAS MODALIDADES	931
2. ACESSÃO NATURAL (ARTS. 1249/1252, CC)	931
2.1. FORMAÇÃO DE ILHAS (ART. 1249, CC)	932
2.2. ALUVIÃO (ART. 1250, CC)	932
2.3. AVULSÃO (ART. 1251, CC)	932
2.4. ÁLVEO ABANDONADO (ART. 1252, CC)	932
3. ACESSÃO ARTIFICIAL (ARTS. 1253/1259, CC)	933
67. MODOS AQUISITIVOS DA PROPRIEDADE MÓVEL	937
1. DA USUCAPIÃO DE BENS MÓVEIS	937
1.1. USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA (ART. 1.261, CC):	937
1.2. USUCAPIÃO ORDINÁRIA (ART. 1260, CC):	937
2. DA OCUPAÇÃO	938
3. DO ACHADO DE TESOURO (ART. 1264/1266, CC):	938
4. TRADIÇÃO (ART. 1267/1268, CC)	938
5. ESPECIFICAÇÃO (ARTS. 1269/1271, CC)	939
6. CONFUSÃO/COMISTÃO/ADJUNÇÃO (ARTS. 1272/1274, CC)	939
7. PERDA DA PROPRIEDADE	940
68. DOS DIREITOS DE VIZINHANÇA	941
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS	941
2. DO USO ANORMAL DA PROPRIEDADE	942
3. ÁRVORES LIMÍTROFES	944
4. DA PASSAGEM FORÇADA	945
5. PASSAGEM DE CABOS E TUBULAÇÕES	946
6. ÁGUAS	946
7. DOS LIMITES ENTRE PRÉDIOS E DO DIREITO DE TAPAGEM	950
8. DO DIREITO DE CONSTRUIR	951

69. DO CONDOMÍNIO GERAL	955
1. CLASSIFICAÇÃO DE CONDOMÍNIO	955
1.1. QUANTO À ORIGEM:	955
1.2. QUANTO AO SEU OBJETO:	956
1.3. QUANTO À FORMA:	956
1.4. QUANTO À TRANSITORIEDADE:	956
2. ESPÉCIES DE CONDOMÍNIO DISCIPLINADAS NO CÓDIGO CIVIL	956
3. DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS (ARTS. 1.314 A 1.320, CC)	957
4. DIVISÃO DO CONDOMÍNIO	958
5. ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO (ARTS. 1.323 A 1.325, CC)	958
70. DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	959
1. INTRODUÇÃO	959
2. NATUREZA JURÍDICA DO CONDOMÍNIO EDILÍCIO	960
3. CONDOMÍNIO EDILÍCIO. CARACTERIZAÇÃO	960
4. INSTITUIÇÃO E CONSTITUIÇÃO DO CONDOMÍNIO	961
5. DIREITOS E DEVERES DOS CONDÔMINOS	963
6. OBRAS NO CONDOMÍNIO	969
7. O CONDOMÍNIO DE LOTES	969
8. O LOTEAMENTO DE ACESSO CONTROLADO	972
9. O CONDOMÍNIO URBANO SIMPLES	973
71. DA MULTIPROPRIEDADE OU TIME SHARING	975
1. A LEI Nº 13.777/18 E A MULTIPROPRIEDADE IMOBILIÁRIA	975
2. DISCIPLINA LEGAL E DEFINIÇÃO	976
3. MULTIPROPRIEDADE: DIREITO REAL SOBRE COISA PRÓPRIA	977
4. DOS DIREITOS E DEVERES DO MULTIPROPRIETÁRIO	978
5. A ALIENAÇÃO DA UNIDADE PERIÓDICA	979
6. O OBJETO DA MULTIPROPRIEDADE	979
7. A MULTIPROPRIEDADE EM UNIDADE AUTÔNOMA DE CONDOMÍNIO EDILÍCIO	980
8. FRAÇÃO DE TEMPO	982
9. A INSTITUIÇÃO E A ADMINISTRAÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE	982
10. A PENHORABILIDADE DA UNIDADE PERIÓDICA E A IMPENHORABILIDADE DOS MÓVEIS QUE A GUARNECEM	984
11. DO INADIMPLEMENTO DAS OBRIGAÇÕES POR PARTE DO MULTIPROPRIETÁRIO	985
12. A PREVISÃO DE RENÚNCIA TRANSLATIVA NA LEI	985
72. DA INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA E O DESFAZIMENTO DO CONTRATO PELA LEI Nº 13.786/18	987
1. NOÇÕES DE INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA	987
2. EXIGÊNCIA DE QUADRO-RESUMO	987
3. POSSIBILIDADE DE CLÁUSULA DE TOLERÂNCIA	989
4. DESFAZIMENTO OU EXTINÇÃO DO CONTRATO	990
5. DIREITO DE ARREPENDIMENTO	994

6. AFASTAMENTO DAS REGRAS DA LEI Nº 4.591/64.....	994
7. ALGUMAS NOTAS SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEI Nº 6.766/79 PROMOVIDAS PELA LEI Nº 13.786/18.....	995

73. DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA E DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL 997

74. DA ENFITEUSE 1001

75. DA SUPERFÍCIE 1005

76. DAS SERVIDÕES 1011

1. COMPREENDENDO E DELIMITANDO AS CARACTERÍSTICAS DA SERVIDÃO.....	1011
2. MODALIDADES DE SERVIDÃO.....	1012
3. MODOS DE CONSTITUIÇÃO DA SERVIDÃO.....	1013
4. AÇÕES QUE PROTEGEM AS SERVIDÕES.....	1014
5. EXTINÇÃO DA SERVIDÃO.....	1014
6. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS: SERVIDÃO DE PASSAGEM X PASSAGEM FORÇADA.....	1015

77. DO USUFRUTO 1017

1. OS CONTORNOS DO INSTITUTO. CARACTERÍSTICAS.....	1017
2. CONSTITUIÇÃO DO USUFRUTO.....	1019
3. OBJETO DO USUFRUTO.....	1019
4. DIREITOS E DEVERES DO USUFRUTUÁRIO.....	1019
5. EXTINÇÃO DO USUFRUTO.....	1021

78. DO USO 1023

79. DA HABITAÇÃO 1025

80. DIREITO REAL À AQUISIÇÃO: DO DIREITO DO PROMISSÁRIO COMPRADOR 1027

81. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA 1029

1. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.....	1029
2. REGRAS GERAIS.....	1029
3. EFEITOS DO DIREITOS REAIS DE GARANTIA.....	1030
4. VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA.....	1031
5. VEDAÇÃO AO PACTO COMISSÓRIO REAL.....	1031
6. GARANTIA REAL PRESTADA POR TERCEIRO.....	1033
7. PENHOR.....	1033
7.1. ESPÉCIES DE PENHOR.....	1034
7.2. DIREITOS E DEVERES DO CREDOR PIGNORATÍCIO.....	1035
7.3. EXTINÇÃO DO PENHOR.....	1036

8. HIPOTECA.....	1036
9. ANTICRESE.....	1041

82. DIREITO REAL DE LAJE..... 1043

1. INTRODUÇÃO.....	1043
2. NATUREZA JURÍDICA.....	1044
3. CARACTERÍSTICAS E EFEITOS.....	1046
4. A AQUISIÇÃO DO DIREITO REAL DE LAJE.....	1048
5. A EXTINÇÃO DA LAJE EM VIRTUDE DA RUÍNA DA CONSTRUÇÃO-BASE.....	1049
6. REFLEXO NO ÂMBITO PROCESSUAL.....	1049
7. DISTINÇÕES NECESSÁRIAS.....	1049

DIREITO DE FAMÍLIA

83. INTRODUÇÃO SOBRE O NOVIDADEIRO CONCEITO DE DIREITO DAS FAMÍLIAS E A FAMÍLIA CONSTITUCIONALIZADA..... 1053

84. PRINCÍPIOS DO DIREITO DE FAMÍLIA..... 1055

1. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.....	1055
2. PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE.....	1056
3. PRINCÍPIO DA PLURALIDADE DAS ENTIDADES FAMILIARES.....	1056
4. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE CÔNJUGES E COMPANHEIROS.....	1057
5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE ENTRE OS FILHOS.....	1057
6. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA OU ADOLESCENTE.....	1057
7. PRINCÍPIO DA NÃO INTERVENÇÃO OU PROIBIÇÃO DE INTERFERÊNCIA.....	1058
8. PRINCÍPIO DA MONOGAMIA.....	1058
9. PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE.....	1059
10. PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL.....	1060
11. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA.....	1061

85. DO CASAMENTO..... 1063

1. INTRODUÇÃO.....	1063
2. A NATUREZA JURÍDICA DO CASAMENTO.....	1063
3. CAUSAS IMPEDITIVAS DO CASAMENTO.....	1064
4. CAUSAS SUSPENSIVAS DO CASAMENTO.....	1066
5. PRESSUPOSTOS DO CASAMENTO.....	1067
5.1. DO CASAMENTO NULO.....	1069
5.2. DO CASAMENTO ANULÁVEL.....	1070
5.2.1. DA ANULAÇÃO POR ERRO ESSENCIAL QUANTO À PESSOA DO OUTRO CÔNJUGE.....	1073
5.3. O CASAMENTO DO DEFICIENTE APÓS A ENTRADA EM VIGOR DO ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	1075
6. DO CASAMENTO PUTATIVO.....	1077
7. DO PROCESSO DE HABILITAÇÃO PARA O CASAMENTO.....	1079

8. DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....	1080
9. DA POSSIBILIDADE DE SUSPENSÃO DA CELEBRAÇÃO DO CASAMENTO.....	1081
10. FORMAS ESPECIAIS DE REALIZAR O CASAMENTO.....	1081
10.1 O CASAMENTO CELEBRADO EM CASO DE MOLÉSTIA GRAVE.....	1081
10.2 O CASAMENTO NUNCUPATIVO.....	1081
10.3 O CASAMENTO POR PROCURAÇÃO.....	1082
11. DAS PROVAS DO CASAMENTO.....	1084
12. DOS EFEITOS DO CASAMENTO.....	1085
12.1. OS DEVERES CONJUGAIS.....	1086

86. DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE E DO VÍNCULO CONJUGAL.....1089

1. GENERALIDADES SOBRE A MANUTENÇÃO DE UM SISTEMA DUALISTA.....	1089
2. NECESSÁRIAS CONCLUSÕES ADVINDAS COM A EC Nº 66/2010.....	1092
3. COMPARAÇÃO ENTRE A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO.....	1093
3.1. MODALIDADES DE SEPARAÇÃO.....	1096
3.1.1 DA SEPARAÇÃO POR MÚTUO CONSENTIMENTO.....	1096
3.1.2. DA SEPARAÇÃO LITIGIOSA.....	1097
3.1.2.1 DA SEPARAÇÃO POR RUPTURA DA VIDA EM COMUM.....	1097
3.1.2.2. DA SEPARAÇÃO POR GRAVE DOENÇA MENTAL.....	1097
3.1.2.3. DA SEPARAÇÃO-SANÇÃO.....	1098
4. A ACEITAÇÃO DO DIVÓRCIO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E SOCIAL.....	1101
4.1. COM A CHEGADA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A EC Nº 66/2010.....	1106
4.2 O DIVÓRCIO DIANTE DO CÓDIGO CIVIL DE 2002.....	1106

87. REGIME DE BENS.....1109

1. VISÃO TOPOGRÁFICA E RELEVANTES PREMISSAS ACERCA DO TEMA.....	1109
2. O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS (REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS LEGAL OU COGENTE).....	1113
2.1 A SÚMULA 377 DO STF.....	1116
2.2 DIFERENCIANDO A SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS.....	1117
2.3. A DOAÇÃO ENTRE CÔNJUGES CASADOS SOB O REGIME DE SEPARAÇÃO OBRIGATÓRIA DE BENS.....	1118
3. O REGIME DA SEPARAÇÃO CONVENCIONAL DE BENS.....	1119
4. O REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	1119
4.1 BENS E OBRIGAÇÕES QUE SERÃO EXCLUÍDOS DO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL.....	1120
4.2. O QUE SE COMUNICA NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.....	1123
4.3 QUANTO À ADMINISTRAÇÃO DOS BENS NO REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL.....	1124
5. O REGIME DE COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.....	1125
6. O REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS.....	1126
7. REGRAS FINAIS ACERCA DOS REGIMES DE BENS.....	1129
8. A VÊNIA CONJUGAL.....	1130
9. A ADMINISTRAÇÃO DOS BENS DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE DE EXERCÍCIO POR UM DOS CÔNJUGES.....	1134

88. DA UNIÃO ESTÁVEL	1135
1. A UNIÃO ESTÁVEL E O ABANDONO DE DESIGNAÇÕES DISCRIMINATÓRIAS.....	1135
2. AS LEIS Nº 8.971/94 E Nº 9.278/96: UM DIFÍCIL COMEÇO.....	1137
3. PARÂMETROS PARA A CONFIGURAÇÃO DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1137
4. OS EFEITOS DA UNIÃO ESTÁVEL.....	1142
5. A CONVERSÃO DA UNIÃO ESTÁVEL EM CASAMENTO.....	1144
89. DAS RELAÇÕES DE PARENTESCO	1147
1. O QUE É O PARENTESCO E COMO ELE SE MANIFESTA.....	1147
2. DA FILIAÇÃO.....	1149
3. DO RECONHECIMENTO DOS FILHOS.....	1155
4. DA ADOÇÃO.....	1158
4.1 CLASSIFICAÇÃO.....	1158
4.2 O QUE É A ADOÇÃO?.....	1160
4.3 REQUISITOS PARA QUE OCORRA A ADOÇÃO.....	1160
4.4 ESTÁGIO DE CONVIVÊNCIA.....	1161
4.5 EFEITOS DA ADOÇÃO.....	1162
4.6 AS LISTAS DE ADOÇÃO.....	1163
90. DO PODER FAMILIAR	1165
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	1165
2. O CONTEÚDO DO PODER FAMILIAR E A LEI DA PALMADA.....	1166
3. DA EXTINÇÃO, SUSPENSÃO E PERDA DO PODER FAMILIAR.....	1169
4. DA ALIENAÇÃO PARENTAL.....	1172
91. DOS ALIMENTOS	1175
1. NOTAS INTRODUTÓRIAS.....	1175
2. A FIXAÇÃO DOS ALIMENTOS E AS PARTES ENVOLVIDAS.....	1176
3. CARACTERÍSTICAS DOS ALIMENTOS:.....	1179
4. A POSSIBILIDADE DE LEVANTAMENTO DE SALDO DE CONTA VINCULADA AO FGTS.....	1186
5. ALIMENTOS GRAVÍDICOS.....	1186
6. CLASSIFICAÇÕES DOS ALIMENTOS.....	1188
6.1. QUANTO À CAUSA JURÍDICA OU FONTE:.....	1188
6.2. QUANTO À NATUREZA OU EXTENSÃO:.....	1188
6.3. QUANTO À FINALIDADE.....	1189
6.4. QUANTO AO MOMENTO EM QUE SÃO RECLAMADOS.....	1190
6.5. QUANTO À FORMA DO PAGAMENTO:.....	1190
7. A POSSIBILIDADE DE PRISÃO CIVIL DO DEVEDOR DE ALIMENTOS E A SÚMULA 309 DO STJ.....	1190
8. A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA AJUIZAR A AÇÃO DE ALIMENTOS.....	1191
9. EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS.....	1191
92. DA TUTELA, DA CURATELA, DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA E DA GUARDA	1193

1. DA TUTELA.....	1193
1.1. FORMAS ORDINÁRIAS DE TUTELA.....	1194
1.2. FORMAS ESPECIAIS DE TUTELA.....	1195
1.3. DAQUELES QUE NÃO PODEM SER TUTORES.....	1195
1.4. DAS PESSOAS DISPENSADAS DE PRESTAR TUTELA.....	1196
1.5. DO EXERCÍCIO DA TUTELA.....	1197
1.6. DA CESSAÇÃO DA TUTELA.....	1200
2. DA CURATELA.....	1201
3. DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA.....	1208
4. DA GUARDA.....	1210

93. DO BEM DE FAMÍLIA.....1215

94. DA RESPONSABILIDADE CIVIL POR ABANDONO AFETIVO.....1217

1. INTRODUÇÃO.....	1217
2. A QUESTÃO DOS PRINCÍPIOS NO PÓS-POSITIVISMO:A ATRIBUIÇÃO DE QUALIDADE NORMATIVA.....	1217
3. AFETO: PRINCÍPIO OU VALOR? EIS A QUESTÃO.....	1218
4. A PRETENSÃO ADEQUAÇÃO DOS ELEMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL A UM CASO CONCRETO DE ABANDONO AFETIVO PATERNO-FILIAL.....	1219
5. PRINCÍPIO DA IGUALDADE: UMA PROPOSIÇÃO ACERCA DA EFICÁCIA HORIZONTAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES FAMILIARES.....	1221
6. ANÁLISE DA DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DO RECURSO ESPECIAL Nº 1.159.242 – SP: NOTADA CONFUSÃO SEMÂNTICA.....	1223

DIREITO DAS SUCESSÕES

95. VISÃO GERAL DO DIREITO SUCESSÓRIO.....1231

1. INTRODUÇÃO.....	1231
2. CLASSIFICAÇÕES DE SUCESSÃO.....	1232
2.1. QUANTO À FONTE DO DIREITO SUCESSÓRIO.....	1232
2.2 QUANTO AOS EFEITOS DA SUCESSÃO:.....	1233
3. SUCESSORES.....	1234
3.1. HERDEIROS TESTAMENTÁRIOS OU INSTITUÍDOS.....	1235
3.2 HERDEIROS LEGÍTIMOS.....	1235
3.3. LEGATÁRIOS.....	1235
4. A HERANÇA E SEUS LIMITES.....	1235
4.1. CARACTERÍSTICAS DA HERANÇA.....	1236
4.2. AS FORÇAS DA HERANÇA.....	1238
4.3. ADMINISTRAÇÃO DA HERANÇA.....	1238
5. ABERTURA DA SUCESSÃO.....	1238
5.1 O <i>DROIT DE SAISINE</i>	1238
5.2 LOCAL DA ABERTURA DA SUCESSÃO.....	1239
5.3 A LEI QUE REGE A SUCESSÃO ABERTA.....	1240

6. VOCAÇÃO HEREDITÁRIA.....	1240
6.1 HIPÓTESES DE FALTA DE LEGITIMIDADE PARA A SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1241
7. ACEITAÇÃO DA HERANÇA.....	1242
7.1 CARACTERÍSTICAS DA ACEITAÇÃO.....	1242
7.2 ESPÉCIES DE ACEITAÇÃO.....	1242
8. RENUNCIA À HERANÇA.....	1243
8.1 MODALIDADES DE RENÚNCIA.....	1243
8.2 EFEITOS DA RENÚNCIA.....	1244
96. DA EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE E DA DESERDAÇÃO.....	1245
1. DA EXCLUSÃO POR INDIGNIDADE.....	1245
2. DA DESERDAÇÃO.....	1246
97. DA HERANÇA JACENTE E DA PETIÇÃO DE HERANÇA.....	1249
1. DA HERANÇA JACENTE.....	1249
2. DA PETIÇÃO DE HERANÇA.....	1250
98. DA SUCESSÃO LEGÍTIMA.....	1251
1. INTRODUÇÃO.....	1251
2. A SUCESSÃO DOS DESCENDENTES.....	1251
3. A SUCESSÃO DOS ASCENDENTES.....	1254
4. A SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO.....	1257
5. A SUCESSÃO DOS COLATERAIS.....	1258
99. DA SUCESSÃO TESTAMENTÁRIA.....	1261
1. INTRODUÇÃO.....	1261
2. MODALIDADES DE TESTAMENTOS.....	1261
2.1 DAS FORMAS ORDINÁRIAS DE TESTAMENTO.....	1262
2.2 DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS.....	1263
3. CODICILO.....	1264
4. DA REVOGAÇÃO DO TESTAMENTO.....	1264
5. DO ROMPIMENTO DO TESTAMENTO.....	1264
REFERÊNCIAS.....	1265

Este livro nasceu da reunião de notas, estudos, debates e reflexões promovidos em sala de aula. Sempre me fiei da possibilidade de transmitir determinado assunto com objetividade sem, contudo, prescindir do conteúdo e profundidade necessários para a compreensão do tema.

As lições de Direito Civil aqui abordadas – sem a pretensão de esgotar qualquer assunto – buscam alcançar desde o aluno que dá os primeiros passos na graduação até aquele que pretende alçar voo frente aos mais rigorosos certames públicos, além de servir de instrumento para os profissionais e estudiosos da área jurídica, tais como Professores, Advogados, Promotores de Justiça e Magistrados. Para tanto, o livro está atualizado com a jurisprudência dos Tribunais Superiores e com os enunciados do Conselho da Justiça Federal aprovados até a VIII Jornada de Direito Civil.

Os estudos, como o leitor poderá constatar, são sempre orientados sob a ótica do Direito Civil Contemporâneo, sendo que, nesta obra, a Constituição Federal de 1988 promove a devida filtragem aos diversos assuntos civilísticos aqui abordados.

INDICADO PARA:

Graduação

Pós-graduação

Concurso público

